



NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

# Folha do IAB

JORNAL DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

Nº 151 - MARÇO/ABRIL - 2019



## Rejeição ao endurecimento penal

Após um profundo estudo das propostas de alteração em 14 leis federais, com vistas a combater a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência, a Comissão de Direito Penal do IAB rejeitou 17 das 19 medidas que compõem o pacote. O trabalho, que alerta para o perigo do encarceramento em massa, será encaminhado ao Congresso Nacional.

**PÁGINAS 4 e 5**

■ Notas contra a censura à imprensa e a comemoração do golpe de 64 nos quartéis

**PÁGINAS 3 e 6**

■ IAB requer ao TSE monitoramento da aplicação das cotas de gênero na política

**PÁGINA 6**

■ ENTREVISTA  
Miro Teixeira fala do seu trabalho na 'advocacia legislativa'

**PÁGINA 8**

## Mensagem da presidente

**E**m virtude de seu compromisso histórico com a defesa das liberdades democráticas, o IAB não poderia ficar em silêncio diante da determinação para que fosse comemorada a data do golpe que deu início à ditadura militar no País. Tampouco ficaria inerte diante da censura a dois órgãos de imprensa, obrigados por ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) a retirar do ar reportagens veiculadas em seus sites. Ambas as ordens foram publicamente repudiadas pelo Instituto.

Em outra frente, o IAB tomou a iniciativa de solicitar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a instalação na corte de uma unidade destinada a monitorar a aplicação das cotas de gênero e intensificar a presença das mulheres na política, conforme recomendação da Organização dos Estados Americanos (OEA), após observar as eleições de 2018 no Brasil. As questões de gênero e das minorias historicamente excluídas serão sempre alvos da nossa atenção.

Na luta permanente pela preservação dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal, o IAB, após profunda análise do pacote de medidas que promove o endurecimento penal, desprezando as regras do processo penal democrático, produziu um primoroso conjunto de pareceres rejeitando, quase integralmente, as mudanças que se pretendem introduzir na legislação criminal.

Com o mesmo empenho, as comissões temáticas irão promover, no decorrer deste ano, outros estudos técnicos e produzirão pareceres a respeito de propostas de alteração legislativa de enorme repercussão social.

Na linha de frente, para fortalecer a opinião do IAB junto aos parlamentares, contaremos com a larga experiência do advogado Miro Teixeira, ex-parlamentar com mais de quatro décadas na Câmara dos Deputados e membro do Instituto, designado por mim para atuar como consultor legislativo no Congresso Nacional.

Desse modo, o IAB se une a outras entidades da sociedade civil, no esforço de barrar as ameaças à democracia e aos direitos fundamentais.

*Rita Cortez*

As comissões temáticas irão promover, no decorrer deste ano, outros estudos técnicos e produzirão pareceres a respeito de propostas de alteração legislativa de enorme repercussão social

## Posses



Paulo Jorge Fonseca Ferreira da Cunha

O advogado português Paulo Jorge Fonseca Ferreira da Cunha, o procurador da República no Rio de Janeiro Antonio do Passo Cabral e o juiz do Trabalho do TRT-RJ Múcio Nascimento Borges tomaram posse como membros honorários do IAB, nos dois últimos meses. Da tribuna do plenário histórico, o advogado português defendeu a importância da advocacia para a preservação da democracia e recorreu à máxima de um dos maiores juristas brasileiros e ex-presidente do IAB: “Como disse Sobral Pinto, a advocacia não é para os covardes”.

Em março e abril, também foram empossados, como membros efetivos, os advogados Adriana Amaral dos Santos, Alexandre de Carvalho Ayres, André Sá do Espírito Santo, Bruno Mendes Lopes, Cláudio Luiz de Miranda Bastos, Francisco Souto e Faria, Leandro Sender, Luiz Perissé Duarte Júnior, Marcell de Freitas Nascimento, Miro Teixeira, Raquel dos Santos Rangel, Renato Ferreira dos Santos e Vinícius Ideses.

## Expediente

Acompanhe o IAB nas redes sociais



IABnacional

### Diretoria Estatutária

PRESIDENTE: Rita de Cássia Sant'Anna Cortez  
1º VICE-PRESIDENTE: Sérgio Francisco de Aguiar Tostes  
2º VICE-PRESIDENTE: Sydney Limeira Sanches  
3º VICE-PRESIDENTE: Adriana Brasil Guimarães  
SECRETÁRIO-GERAL: Carlos Eduardo de Campos Machado  
DIRETOR-SECRETÁRIO: Antônio Laért Vieira Júnior  
DIRETORA-SECRETÁRIA: Ana Tereza Basílio  
DIRETORA-SECRETÁRIA: Maira Costa Fernandes  
DIRETOR-SECRETÁRIO: Carlos Roberto Schlesinger  
DIRETOR FINANCEIRO: Arnon Velmontsky  
DIRETOR CULTURAL: Aurélio Wander Bastos  
DIRETOR DE BIBLIOTECA: Carlos Jorge Sampaio Costa  
DIRETOR-ADJUNTO: Eurico de Jesus Teles Neto  
DIRETOR-ADJUNTO: Luiz Felipe Conde  
DIRETORA-ADJUNTA: Kátia Rubinstein Tavares

DIRETORA-ADJUNTA: Vanusa Murta Agrelli  
ORADOR OFICIAL: José Roberto Batochio

### DIRETORIA EXECUTIVA

ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO TRABALHISTA: João Theotonio Mendes de Almeida Junior  
ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO PENAL: Victória Amália de Sulocki  
ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO CÍVEL: André Luís Mancano Marques  
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Aristóteles Atheniense  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Luiz Dilemando de Castello Cruz  
RELAÇÕES COM O INTERIOR: Jorge Rubem Folea de Oliveira  
EVENTOS: Lella Pose Sanches  
APOIO ACADÊMICO: Ester Kosovski  
APOIO ÀS COMISSÕES: Adilson Rodrigues Pires  
PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO: Hariberto de Miranda Jordão Filho  
COMUNICAÇÃO: Paulo Maltz

APOIO À ADMISSÃO DE SÓCIOS: Pedro Augusto Guimarães  
PROCURADOR-GERAL: Paulo de Moraes Penalva Santos  
OUVIDORIA: Mario Antonio Dantas de Oliveira Couto  
PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO: Márcia Dinis  
REPRESENTANTE NAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS: Paulo Lins e Silva  
DIRETOR DE SEDE BRASILEIRA: Pedro Paulo Guerra de Medeiros

### Coordenadores Regionais

RIO GRANDE DO SUL: Amadeu de Almeida Weinmann  
PARAÍBA: Carlos Pessoa de Aquino  
CENTRO-OESTE: João Pedro Ferraz e Passos  
SUL CATARINENSE: Sérgio Francisco Carlos Graziano Sobrinho  
Av. Marechal Câmara 210, 5º andar - Centro  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.020-080  
Telefax: (21) 2240-3173  
www.iabnacional.org.br | iab@iabnacional.org.br



### Folha do IAB

Publicação bimestral do Instituto dos Advogados Brasileiros

Jornalista responsável: Fernanda Pedrosa (MT 13511)

Redação: Ricardo Gouveia

Projeto gráfico e diagramação: Daniel Tiriba

Fotografia: Arquivo IAB

Impressão: Gráfica Rio DG

Tiragem: 2.100 exemplares



# Plenário referenda decisão do Conselho Superior e aprova contas de 2018



Da esq. para a dir., Carlos Eduardo Machado, Rita Cortez, Sydney Sanches e Adriana Brasil Guimarães

Reunidos na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada no dia 20 de março, no plenário histórico, os consócios do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) aprovaram por aclamação o relatório de atividades com a prestação de contas referente ao exercício de 2018 e a previsão orçamentária para 2019. “Para mantermos a sustentação financeira alcançada pelo IAB e continuarmos a ter tranquilidade para promover as nossas atividades acadêmicas e culturais, precisamos criar novas fontes de recursos, como, por exemplo, a que será proporcionada pelas taxas de inscrição para os cursos que serão oferecidos pela nossa Escola Superior a partir de abril”, afirmou a presidente nacional, Rita Cortez, que conduziu a AGO.

Os consócios referendaram a decisão do Conselho Superior que, também por aclamação, aprovou no dia 15 de fevereiro o relatório de atividades apresentado pelo con-

selheiro relator Sydney Sanches. “A despeito do cenário de incertezas em relação ao crescimento da economia brasileira em 2019, estamos trabalhando com a meta de ampliar o superávit alcançado em 2018”, informou Sydney Sanches, na AGO. De acordo com ele, no ano passado, além de manter a saúde financeira, inclusive aumentando o número de consócios adimplentes, o IAB intensificou as suas atividades acadêmicas e culturais.

Rita Cortez deu destaque às metas atingidas pela Diretoria no primeiro ano do mandato. “Cumprimos quase 95% das propostas contidas na nossa plataforma eleitoral e estamos dando o máximo para que o IAB continue crescendo, firmando parcerias com entidades jurídicas visando à defesa da advocacia e da democracia e, cada vez mais, se posicionando sobre os mais relevantes temas do País”, afirmou a presidente, que acrescentou: “Vamos atingir 100% das metas traçadas”.

“

A despeito do cenário de incertezas em relação ao crescimento da economia brasileira em 2019, estamos trabalhando com a meta de ampliar o superávit alcançado em 2018

”

Sydney Sanches

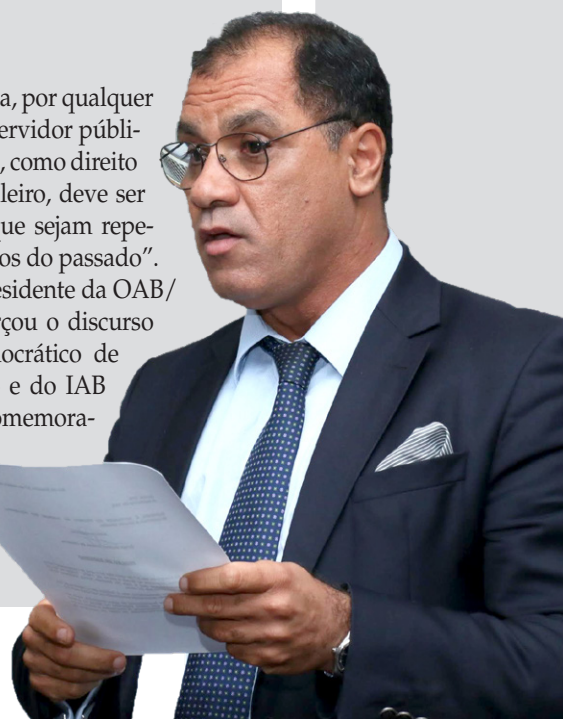
## Repúdio à comemoração do golpe

A determinação do presidente da República, Jair Bolsonaro, para que fossem feitas comemorações nos quartéis em referência a 31 de março de 1964, data que marca o golpe que deu início à ditadura militar no País, foi repudiada pelo IAB. “O Instituto tem como compromisso histórico a defesa das liberdades democráticas e irá se manifestar todas as vezes em que for questionada a democracia pela qual muitos brasileiros lutaram e morreram durante a ditadura militar”, afirmou a presidente nacional, Rita Cortez, na sessão ordinária do dia 27 de março, antes de submeter ao plenário a moção de repúdio, aprovada por aclamação.

No documento, redigido pelo diretor de Relações com o Interior, Jorge Folena (foto), o Instituto destacou que “a quebra da ordem democrática não é motivo

para celebração na República, por qualquer autoridade constituída ou servidor público”. Para o IAB, “a memória, como direito fundamental do povo brasileiro, deve ser assegurada para impedir que sejam repetidos no Brasil os graves erros do passado”.

Presente na sessão, o presidente da OAB/RJ, Luciano Bandeira, reforçou o discurso em defesa do estado democrático de direito: “É missão da OAB e do IAB repudiar a inadmissível comemoração de um ato contra a democracia, conceito civilizatório maior da nossa Constituição Federal”.



# IAB é contra pacote que levar sistema penal ao

**D**ezeessete das 19 medidas do pacote enviado à Câmara dos Deputados pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, com o objetivo de intensificar o combate à criminalidade, por meio do endurecimento da legislação penal, foram rejeitadas pelo Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Na sessão extraordinária realizada no dia 28 de março e conduzida pela presidente nacional, Rita Cortez, o plenário aprovou por aclamação os pareceres produzidos por relatores da Comissão de Direito Penal do IAB, presidida por Marcio Barandier, para cada uma das 19 medidas, duas das quais foram admitidas com ressalvas.

“O documento final, reunindo todos os pareceres e se posicionando de forma contrária a quase todo o pacote, é um trabalho jurídico produzido com honestidade intelectual, exame crítico e observância dos princípios que devem reger o estado democrático de direito”, afirmou Marcio Barandier. O documento será entregue à presidência da Câmara dos Deputados pelo advogado e ex-deputado federal por 11 mandatos Miro Teixeira, membro do IAB e designado pela presidente Rita Cortez consultor legislativo da entidade junto ao Congresso Nacional. “O IAB é contra o crime e favorável a medidas que possam verdadeiramente diminuir a criminalidade”, destacou Miro Teixeira.

Para o relator Leonardo Yarchewsky, autor do parecer contrário à medida que se destina a garantir a execução provisória da pena de prisão antes do trânsito em julgado da sentença, “a experiência demonstra que o endurecimento penal não contribui para a redução da violên-



Os relatores da Comissão de Direito Penal reunidos no plenário com Rita Cortez e Marcio Barandier

cia, mas apenas para o encarceramento em massa, que pode levar o sistema penal ao colapso”. Segundo ele, “a prisão provisória é inconstitucional, pois dentro das regras do processo penal democrático, tendo como base o princípio da presunção da inocência, é inadmissível a execução antecipada da pena”.

Dentre as medidas rejeitadas pelo IAB, estão as que visam a reformar a configuração do crime de resistência; alterar o regime jurídico dos presídios federais; evitar a prescrição e modificar o regime de interrogatório por videoconferência. A realização da sessão extraordinária, convocada exclusivamente para a discussão e votação dos pareceres, foi coordenada por Rita Cortez, Marcio Barandier e a diretora Marcia Dinis. Segundo Barandier, sua comissão está produzindo um estudo comparativo entre o

pacote de Moro e o decorrente do trabalho coordenado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre Moraes quando ocupou o cargo de ministro da Justiça, também encaminhado à Câmara com propostas de endurecimento penal.

### Ações letais

Os relatores Carlos Eduardo Machado e Mário Fabrizio Polinelli aprovaram as hipóteses de abrandamento da punição para os casos de excesso na legítima defesa, mas com ressalvas, para evitar que elas abranjam as ações policiais. De acordo com o texto do pacote, “o juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la, se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa e violenta emoção”.

Para Carlos Eduardo Machado, “essas hipóteses não podem ser

“O documento final, em posição contrária a quase todo o pacote, é um trabalho jurídico produzido com honestidade intelectual, exame crítico e observância dos princípios que devem reger o estado democrático de direito”

Marcio Barandier



# e pode colapso



aplicadas aos policiais, que são preparados para lidar com tais situações psicológicas". Segundo ele, "não é exagerado o temor de que a proposta tenha como objetivo uma permissão para ações letais por parte dos agentes de segurança pública". Os relatores acolheram, também com ressalva, a modificação no Código Penal, segundo a qual a autoridade policial poderá, se verificar que o agente agiu realmente em legítima defesa, deixar de efetuar a sua prisão.

"Concordamos com a alteração, desde que fique estabelecido que a autoridade policial deverá instaurar inquérito para apurar o fato e comunicar a sua decisão ao juiz competente e ao Ministério Público em até 24 horas, para que o caso seja reavaliado e a necessidade de prisão do agente, ou a adoção de outras medidas cau-

## Presunção de inocência



"A presunção de inocência representa um fundamental marco civilizatório e está garantida constitucionalmente a todos os cidadãos. A execução provisória da pena na esfera penal é inadmissível, em razão do seu caráter irreversível, pois não há como devolver ao inocente a liberdade que dele foi suprimida." A afirmação foi feita por Marcio Barandier (foto), no dia 3 de abril, no Segundo Ato Público em Defesa da Presunção da Inocência, pro-

movido por diversas entidades no auditório da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Na ocasião, Marcio Barandier ressaltou que o IAB atua como *amicus curiae* na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 44, protocolada no STF pelo Conselho Federal da OAB, em questionamento à execução provisória da pena de prisão, após a confirmação da condenação pela segunda instância e antes do trânsito em julgado da sentença.

telares, devidamente analisada", ressaltou Carlos Eduardo Machado, na sustentação do parecer.

Os relatores Sérgio Chastinet Duarte Guimarães e Ivan Firmino Santiago da Silva deram parecer contrário à suspensão do prazo de prescrição das penas. "Longe de constituir um incentivo à impunidade, a prescrição penal obriga os órgãos estatais a realizarem a investigação criminal, a instrução e o julgamento dentro de um prazo razoável", explicou Chastinet. A alteração do regime jurídico dos presídios federais foi rejeitada pela relatora Carolyne Albernard. "A proposta defende que o juiz federal de execução penal passe a ter competência para julgar todos os delitos praticados durante o cumprimento da pena dentro do estabelecimento prisional federal, quebrando a regra constitucional de fixação de competência", criticou.

### Maus tratos

Kátia Rubinstein Tavares emitiu parecer contra a medida que amplia as hipóteses de realização de

audiências por videoconferência para evitar que o preso seja levado à presença do juiz. Segundo ela, "o preso vitimado por maus-tratos na cadeia dificilmente denunciará os culpados numa videoconferência em que estará próximo ao carcereiro e distante do juiz".

Em relação às propostas que pretendem tornar regras procedimentos absolutamente excepcionais, como coleta de material genético de preso e infiltração de agente policial em uma organização criminosa, os relatores Antonio Pedro Melchior e Maíra Fernandes defenderam que "merecem ser integralmente rejeitadas".

O plenário do IAB aprovou, ainda, os pareceres produzidos pelos relatores João Carlos Castellar, Christiano Fragoso, Claudio Bidino, Sergio Graziano, Leonardo Villarinho, Marcia Dinis, Carlos Eduardo Rebelo, Thiago Bottino, Ricardo Pieri, Carlos Eduardo Gonçalves, Diogo Mentor, Sheila Lustosa, André Nascimento e Renato Tonini. A íntegra dos pareceres encontra-se no site do IAB.

“

A experiência demonstra que o endurecimento penal não contribui para a redução da violência, mas apenas para o encarceramento em massa, que pode levar o sistema penal ao colapso

”

Leonardo Yarochevsky

## Censura

# IAB se manifesta em defesa da liberdade de expressão

O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) emitiu nota, aprovada por aclamação na sessão ordinária de 17 de abril, conduzida pelo 2º vice-presidente, Sydney Sanches, contra a censura decorrente da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que determinou ao site O Antagonista e à revista *Crusoe* a retirada imediata da matéria intitulada “O amigo do amigo de meu pai” dos seus respectivos ambientes virtuais. Para o IAB, “tão desastrosa para o processo democrático quanto a determinação liminar de retirada de matéria jornalística da internet por envolver o presidente do Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Poder Judiciário competente para exercer o controle da constitucionalidade de atos emanados de todos os poderes da República, foi a convocação dos jornalistas, autores da matéria, para prestarem depoimento”.

Segundo o Instituto, “as chamadas *fake news*, disseminando



Da esq. para a dir., Carlos Eduardo Machado, Sydney Sanches e Antonio Laért Vieira Junior

notícias ou informações deliberadamente nocivas, à margem das normas legais, com violação de direitos, não se confundem com o papel da imprensa que, certa ou errada, responde diretamente por seus atos e pelo que é noticiado no âmbito da comunicação social”. De acordo com o IAB, “exatamente por isso, a imprensa não deve ser objeto de qualquer tipo de

cerceamento, como ensina nossa Constituição”.

Na nota, a entidade afirma ainda que “tem sido incansável nas manifestações em defesa da observância dos direitos civis, sociais, políticos e dos princípios constitucionais, entre os quais se destacam a liberdade de expressão e manifestação; a liberdade de pensamento e a liberdade de imprensa”.

## Representatividade

### Instituto pleiteia maior presença da mulher na política

Em petição assinada pela presidente nacional, Rita Cortez, e pela presidente da Comissão de Direito Eleitoral, Luciana Lóssio, o IAB requereu à presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, no dia 12 de abril, a criação de uma Unidade de Políticas de Gênero na estrutura da corte, com o objetivo de monitorar o cumprimento da aplicação das cotas de gênero e ampliar a participação política das mulheres. A iniciativa foi recomendada pela Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA), no seu relatório final, aprovado em março último pelo Conselho Permanente da OEA, sobre o trabalho de acompanha-

mento das eleições realizadas no Brasil, em 2018.

“A iniciativa pioneira do IAB é um passo seguro rumo à ampliação da participação feminina no Parlamento e ao enriquecimento do debate, pois é essencial o olhar feminino sobre políticas públicas que afetam diretamente a vida das brasileiras, a fim de combater o feminicídio e a violência doméstica, e melhorar a saúde pública e o mercado de trabalho”, afirmou Rita Cortez.

No relatório, a OEA reconheceu os avanços proporcionados por decisões do TSE e do STF para assegurar a efetividade das candidaturas femininas. As decisões foram citadas na petição do IAB: “Em março de 2018, o STF garan-

tiu o mínimo de 30% dos recursos financeiros do Fundo Partidário às candidaturas femininas; em maio, o TSE decidiu que os partidos políticos devem destinar às suas candidatas pelo menos 30% do dinheiro oriundo do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, bem como ao menos 30% do tempo destinado à propaganda eleitoral”.

Para Luciana Lóssio, ex-ministra do TSE, “é preciso avançar ainda mais, pois, embora o crescimento da bancada feminina no Parlamento tenha sido significativo, ou seja, de mais de 50%, saltando de 51 para 77 deputadas federais nas últimas eleições, só temos 15% de mulheres na Câmara dos Deputados”.

Tão desastrosa para o processo democrático quanto a determinação liminar de retirada de matéria jornalística da internet por envolver o presidente do STF, foi a convocação dos jornalistas, autores da matéria, para prestarem depoimento



## Pareceres

### Agências reguladoras



O IAB aprovou, na sessão ordinária do dia 10 de abril, o parecer do relator Marcio Felipe Lacombe da Cunha (*foto*), da Comissão de Direito Administrativo, favorável ao projeto de lei 6.621/2016, do senador Eunício Oliveira (MDB/CE), que institui a Lei Geral das Agências Reguladoras. “O Brasil carece de um marco legal para as agências reguladoras, que uniformize e defina os limites do seu controle administrativo, político e social, conferindo segurança jurídica aos entes regulados e aos cidadãos”, afirmou o relator. Ele informou que o PL modifica 10 leis e uma medida provisória para criar a Lei Geral das Agências Reguladoras.



Paulo Cesar Rocha Cavalcanti Junior e Alexandre Brandão Martins Ferreira

### Obrigações trabalhistas

As empresas que exploram o trabalho temporário e as que disponibilizam mão-de-obra a terceiros devem ser obrigadas a abrir contas bancárias vinculadas exclusivamente aos contratos de prestação de serviços e depositar mensalmente os valores destinados ao cumprimento de suas obrigações trabalhistas. Com este entendimento, o IAB aprovou na sessão ordinária de 20 de março os pareceres dos relatores Paulo Cesar Rocha Cavalcanti Junior, da Comissão de Direito do Trabalho, e Alexandre Brandão Martins Ferreira, da Comissão de Direito Constitucional. Ambos se posicionaram favoravelmente ao projeto de lei 7.218/ 2017, do deputado federal Nelson Pellegrino (PT-BA), que propõe a formação compulsória da provisão financeira para fins de pagamento de 13º salário, férias, abono, aviso-prévio e multa.

## Estante

Espaço de divulgação de livros doados à Biblioteca Daniel Aarão Reis



MELO, Marco Aurélio Bezerra. *Direito Civil – contratos*. Rio de Janeiro: Forense, 2019

Com linguagem didática, o autor aborda temas como a violação positiva do contrato e a tutela externa do crédito, tendo como objeto central da obra a teoria geral dos contratos. Traz, ainda, discussões importantes sobre promessa de compra e venda e natureza aleatória do contrato de seguro.



PARRA, Rafaela Aiex. *Direito aplicado ao agronegócio: uma abordagem multidisciplinar*. Londrina: Thoth, 2019

Considerado uma das principais atividades econômicas do País, o agronegócio é tratado nos âmbitos do Direito Internacional, do Direito Agrário, do Direito Comercial e do Direito Ambiental, com o propósito de proporcionar discussão acadêmica sobre as implicações dos negócios em torno da produção rural.



IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Curso de Direito Previdenciário*. Niterói: Impetus, 2018.

Em sua 23ª edição, a obra sistematiza os principais aspectos do sistema de seguridade social.

Advogado, professor universitário e ex-auditor fiscal da Receita Federal, o autor faz uma profunda análise da doutrina e da jurisprudência dominante, além de dedicar um capítulo a questões voltadas para concursos públicos.

# ‘Retrocesso no Direito Penal não reduzirá a criminalidade’



O IAB é contra o crime e favorável a medidas que possam verdadeiramente diminuir a criminalidade, como, por exemplo, investimentos em educação, na infraestrutura urbana e em tecnologias que integrem os sistemas de comunicação das polícias

**D**esignado pela presidente Rita Cortez para a função de consultor legislativo do IAB no Congresso Nacional, o advogado e ex-parlamentar Miro Teixeira, que atuou na Câmara dos Deputados por 11 mandatos consecutivos e tomou posse na Casa de Montezuma no dia 13 de março último, disse em entrevista à **FOLHA DO IAB** que o seu trabalho de “advocacia legislativa” consistirá em “convencer os parlamentares da importância de ouvir a opinião do Instituto, para, se for o caso, reverem o que está proposto nos projetos de lei e alterá-los, antes que sejam votados”.

## Como será o seu trabalho de consultor legislativo do IAB?

Esta é uma iniciativa pioneira, para a qual fui designado pela presidente Rita Cortez. Acompanharei a tramitação dos relevantes projetos de lei sobre os quais o Instituto produzir pareceres e os defenderei junto aos parlamentares que tenham interveniência nos processos de discussão e votação no Congresso Nacional. Será uma atuação concreta e sistemática.

## Qual é o peso dos pareceres do IAB para o aprimoramento da legislação?

O IAB tem o viés histórico de representar a garantia do cidadão e reúne grandes juristas do País. Por isso, o trabalho de advocacia legislativa que farei em defesa dos pareceres, que tratam de questões, em sua maioria, voltadas para o interesse coletivo, sendo algumas de interesse específico da classe dos advogados, será no sentido de convencer os parlamentares da importância de ouvir a opinião do Instituto, para, se for o caso, reverem o que está proposto nos projetos e alterá-los, antes que sejam votados.

## Qual é a importância da luta contra o endurecimento penal?

O IAB é contra o crime e favorável a medidas que possam verdadeiramente diminuir a criminalidade, como, por exemplo, investimentos em educação, na infraestrutura urbana e em tecnologias que integrem os sistemas de comunicação das polícias, e também das guardas municipais, para promover a prevenção

ao crime. O retrocesso no Direito Penal, o desrespeito ao devido processo legal e a intensificação da repressão só tendem a aumentar ainda mais a população carcerária, sem reduzir a criminalidade. As leis penais são apenas parte da solução dos problemas, e as nossas já são bastante rigorosas.

## Qual é a tendência da atual composição do Parlamento em relação ao pacote anticrime?

Estive recentemente no Congresso e pude constatar que o projeto vem sofrendo fortes críticas de núcleos parlamentares consistentes, pois o debate está demonstrando que, ao invés de criar um sistema que resulte efetivamente na diminuição da criminalidade, o governo simplesmente optou por tornar mais dura a legislação criminal.

## Como está sendo, após 11 mandatos, ocupar a tribuna do IAB, e não mais a da Câmara?

A saudade é um sentimento que faz parte da vida. Mas sou advogado e tenho gostado muito de participar dos debates de alto nível no IAB, proporcionados por pessoas especializadas, como os realizados na Comissão de Direito Penal, da qual sou integrante, a respeito das propostas de mudanças na legislação criminal. O IAB é uma instituição de grande relevância, por participar ativamente das análises e críticas dos fatos mais importantes do País. Aliás, no Brasil e no mundo, a democracia é exercida cada vez mais com a participação efetiva da sociedade civil e de suas instituições representativas.